

História do tempo presente e o resgate da mitologia política: Reagan-Trump e os usos do passado

History of the present and the rescue of political mythology:
Reagan-Trump and the uses of the past

Sabrina Alves Ferreira

Doutoranda em História Social

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

sabrialvesfe@gmail.com

Recebido: 28/07/2025

Aprovado: 08/12/2025

Resumo: Investigamos, por meio desse artigo, de que maneira o trumpismo instrumentaliza mitologias nacionais e memórias idealizadas da história dos Estados Unidos para construir uma narrativa de restauração simbólica, articulada ao ressentimento da classe média branca, ao moralismo conservador e ao nacionalismo excludente. Tomando o slogan “*Make America Great Again*” como objeto central de análise, discute-se sua função como dispositivo de mitologia política, capaz de operar afetos, mobilizar identidades e reorganizar o pertencimento coletivo no tempo presente. A pesquisa, ancorada no campo da História do Tempo Presente, também explora a circulação de imagens e símbolos no imaginário político contemporâneo estadunidense, destacando a centralidade das representações na disputa por legitimidade histórica.

Palavras-chave: trumpismo; tempo presente; usos do passado.

Abstract: In this article, we investigate how Trumpism instrumentalizes national mythologies and idealized memories of United States history to construct a narrative of symbolic restoration, articulated with white middle-class resentment, conservative moralism, and exclusionary nationalism. Taking the slogan “*Make America Great Again*” as a central object of analysis, we discuss its function as a device of political mythology, capable of manipulating emotions, mobilizing identities, and reorganizing the sense of collective belonging in the present. This research, part of the history of the present, also explores the circulation of images and symbols in the contemporary American political imaginary, highlighting the centrality of representations in the dispute over historical legitimacy.

Keywords: trumpism; history of the presente; uses of the past.

Introdução

É conhecida a história relatada por Woodward (2012), segundo a qual, durante a guerra que devastou a antiga Iugoslávia, o escritor Michael Ignatieff conversava com um soldado sérvio em meio aos confrontos entre milícias croatas e sérvias. Tentando compreender por que antigos vizinhos e amigos buscavam exterminar uns aos outros, Ignatieff pergunta sobre as diferenças entre as duas etnias. O soldado, então, pega um maço de cigarros e diz: “Vê isto? São cigarros sérvios. Do outro lado, eles fumam cigarros croatas.” Ignatieff retruca: “Mas eles são, ambos, cigarros, certo?” Ao que o soldado responde, irritado: “Vocês estrangeiros não entendem nada.” Passados alguns minutos de silêncio, visivelmente perturbado pela pergunta, o soldado abaixa a arma e diz: “Olha, a coisa é assim. Aqueles croatas pensam que são melhores que nós. Eles pensam que são europeus finos e tudo o mais. Vou lhe dizer uma coisa. Somos todos lixo dos Bálcãs.”

O episódio ilustra como símbolos cotidianos, como a marca de um cigarro, podem ser mobilizados para construir distinções identitárias profundas e justificar afetos de pertencimento, exclusão e violência. A naturalização dessas distinções opera por meio de mitologias políticas, narrativas de ressentimento e da reatualização de passados idealizados. É nessa chave interpretativa que este artigo se propõe a analisar os usos do passado na construção da identidade trumpista nos Estados Unidos contemporâneos, com especial atenção à retórica do “*Make America Great Again*” e às manifestações extremas como a invasão do Capitólio em 2021.

Neste artigo, examinamos as interseções entre a História do Tempo Presente (HTP) e o resgate de mitos nacionais, com o objetivo de compreender de que maneira esses elementos operam na construção da memória coletiva nos Estados Unidos sob o trumpismo. Para desenvolver essa análise, o estudo estrutura-se em três eixos principais: primeiro, um panorama teórico sobre a História do Tempo Presente e seus desafios epistemológicos; segundo, a genealogia e função política do *slogan* “*Make America Great Again*” (MAGA) como dispositivo de mitologia política e; terceiro, analisam-se dois episódios emblemáticos: a marcha de Charlottesville (2017) e a invasão do Capitólio (2021), como expressões concretas dos usos do passado e da restauração simbólica que estruturam a identidade trumpista.

A análise fundamenta-se em referenciais teóricos que destacam o papel das representações sociais e dos mitos na constituição das identidades coletivas e das relações de poder. Florence Delacroix

(1994) contribui com a reflexão sobre a conceituação de História do Tempo Presente, enquanto Bronislaw Baczko (1999) enfatiza a dimensão simbólica e emocional das mitologias políticas.

Metodologia

Este artigo resulta de uma pesquisa qualitativa e interpretativa ancorada nos pressupostos da História do Tempo Presente (HTP), cujo objeto de estudo envolve fenômenos políticos e simbólicos em curso. O *corpus* documental foi composto por discursos oficiais e registros públicos de Donald Trump (2016–2021), comunicados da Casa Branca, ordens executivas n.º 13767 e 13768 e registros audiovisuais de comícios e pronunciamentos, além de discursos de Ronald Reagan durante a campanha de 1980.

A seleção dos casos de análise, a marcha de Charlottesville (2017) e a invasão do Capitólio (2021), baseou-se na relevância de ambos como expressões materiais e simbólicas da mobilização da memória e do mito político na retórica trumpista. O recorte temporal abrange as décadas de 1980 a 2021, buscando estabelecer continuidades e rupturas entre o discurso restaurador de Reagan e o de Trump.

O tratamento das fontes seguiu critérios éticos e metodológicos próprios da HTP, reconhecendo os desafios de analisar eventos recentes e as tensões entre testemunho, narrativa e memória coletiva. Assim, privilegia-se a interpretação contextualizada dos discursos, imagens e políticas públicas como expressões de uma mitologia política contemporânea.

1. História do Tempo Presente: Um conceito difícil

Delacroix (2018) parte da afirmação de Koselleck de que “*Zeitgeschichte ist ein schönes Wort, aber ein schwieriger Begriff*”, ou seja, de que “História contemporânea é uma palavra bonita, mas um conceito difícil”. A partir dessa constatação, a autora questiona se a História do Tempo Presente (HTP) é, de fato, uma história como as outras, considerando que a reivindicação de um estatuto epistemológico próprio para a HTP é, frequentemente, contestada por aqueles que a entendem como uma “história como qualquer outra” ou como uma “história-ciência social” voltada ao presente (Prost, [2002] e Droit, [2014]).

Diante dessas discussões, Delacroix (2018) observa que a tentativa de definir a singularidade da HTP não se limita a uma disputa conceitual, mas é, sobretudo, uma maneira de interrogar a natureza do nosso tempo presente e de retomar, em novos termos, a questão kantiana: *O que somos hoje?* Diante disso, torna-se relevante um breve levantamento sobre o surgimento do que hoje compreendemos como História do Tempo Presente.

A nomenclatura passou a se consolidar no meio historiográfico a partir do século XX, sobretudo na França, com a criação do *Institut d'Histoire du Temps Présent (IHTP)* em 1978, vinculado ao *Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)*. Em outros países europeus, instituições voltadas ao estudo do passado recente da Segunda Guerra Mundial foram criadas ainda mais cedo, como nos Países Baixos, em 1944, e na Itália, em 1949. Já na América Latina, a consolidação do campo ocorreu especialmente a partir da década de 1990, sob diferentes designações, como “história do passado recente”, “história atual” ou “história vivida”, variando conforme os contextos locais, mas, tendo em comum, a demanda do caráter cívico de fazer justiça às vítimas das ditaduras.

Segundo Roussio (2007), o surgimento e a expansão da História do Tempo Presente estão vinculados à “mundialização da memória”, marcada por uma multiplicidade de demandas sociais e políticas por reconhecimento de “passados que não querem passar”. A partir da década de 1970, diversas comissões da verdade foram instauradas na América Latina, África e Canadá, com distintos objetivos e graus de institucionalização, ampliando a presença do passado traumático no debate público e reforçando a necessidade de abordagens historiográficas voltadas para o tempo presente. Diante disso, Delacroix aponta que,

Em todos os casos, a historicização do passado recente, suas teorizações e suas institucionalizações foram realizadas, em sua maioria, a partir e pela exigência de demandas sociais de reconhecimento e de justiça – que podem ser rotuladas como “reivindicações memoriais” – relativas à passados traumáticos difíceis de assumir por parte das comunidades nacionais e que emanam de pessoas ou de grupos que não pertencem ao meio dos historiadores profissionais. O reconhecimento de uma dívida a saldar em relação ao passado parece, portanto, comum a essas reivindicações memoriais (Delacroix, 2018, p. 47).

Contudo, como alerta Delacroix (2018), isso não significa que a HTP tenha surgido apenas na década de 1970. A autora destaca que “os historiadores que a produziram antes dessa data – e mesmo desde as origens da história, com os historiadores gregos – são muito numerosos” (p. 45). No entanto, ela também problematiza a lógica anacrônica de considerar tais autores como “precursores” da HTP,

pois a afirmação da área está intrinsecamente relacionada a contextos nacionais pós-Segunda Guerra Mundial, marcados por abalos profundos nas identidades e nas consciências históricas, especialmente em torno da experiência de passados traumáticos no século XX.

A questão é que a definição do que seria o tempo presente permanece problemática. As nuances das diferentes denominações do campo refletem justamente a dificuldade de se estabelecer uma conceituação precisa do “presente” por meio de abordagens periodizantes. Delacroix (2018) observa que, para contornar essa dificuldade, alguns historiadores passaram a definir seu objeto não apenas com base na ideia de “tempo presente”, mas também na existência de testemunhas vivas. Contudo, a autora adverte que questões relacionadas à memória e à identidade não dizem respeito exclusivamente à História do Tempo Presente. Além disso, questiona se a presença de atores sociais e testemunhas vivas não tornaria ainda mais complexa a tarefa do historiador, especialmente no que se refere à *representação* crítica do passado.

Nesse cenário, o campo da História do Tempo Presente se vê atravessado por debates fundamentais sobre a relação entre história e memória (como propõe Pierre Nora [1993]) e sobre a autonomia epistemológica da história em relação à memória. Tais discussões impactam diretamente a concepção do seu estatuto científico, desafiando os limites entre experiência vivida, narrativa histórica e rigor metodológico.

A tese da oposição entre história e memória, que culmina com a distinção/oposição entre dever de história e dever de memória, pretende certamente defender o caráter científico da história. Mas esse caráter científico da história é geralmente considerado em uma acepção estritamente epistemológica ou mesmo metodológica, destacada do seu referente vivido que é o da memória e do testemunho (Delacroix, 2018, p. 62).

A questão central não está em reduzir a relação entre história e memória à simples historicização da memória como novo objeto da história, nem em assegurar o testemunho apenas como fonte documental. Trata-se, antes, de reconhecer que a HTP se constitui como uma prática historiográfica que articula a matriz testemunhal à construção de sentidos sobre o real, considerando os múltiplos usos do passado no presente. O testemunho, nesse contexto, não é apenas uma fonte, mas um lugar de enunciação carregado de afetos, disputas e sentidos sociais, um operador da significação histórica.

Nesse horizonte, emerge uma questão crucial: qual é o papel da demanda social na configuração da HTP? Estaríamos diante de uma pluralidade de memórias igualmente legítimas e sem hierarquias? Ou caberia ao historiador produzir o que Paul Ricoeur chamou de “memória justa”, uma escrita que, longe de ser neutra, busca equilibrar ética e justiça narrativa diante de passados traumáticos? Estaria a HTP comprometida com a reescrita de uma nova “história oficial”, convertendo o historiador em juiz ou terapeuta das patologias históricas das sociedades?

Essas tensões atravessam o campo e colocam em xeque tanto a neutralidade quanto a autoridade do historiador, sobretudo quando a HTP se insere nos usos públicos da história, no terreno da memória coletiva e da disputa por legitimidade simbólica. É nesse ponto que a HTP, concebida como *Zeitgeschichte*, revela seu caráter profundamente político, ético e metodológico. Fato é que a História do Tempo Presente entrelaça memória, testemunho e os usos políticos da história, afirmando-se não apenas como um campo temático, mas como uma prática historiográfica implicada nas urgências do presente.

A escuta do testemunho, a pluralidade das memórias e, conseqüentemente, suas politizações constituem elementos centrais na construção epistemológica da HTP. Esse cenário exige do historiador uma vigilância ética constante, sobretudo diante de narrativas que instrumentalizam o passado para reforçar projetos autoritários e restauracionistas. Nesse sentido, o desafio da HTP não reside apenas nas dificuldades inerentes ao trabalho com memórias e testemunhas vivas, mas na necessidade de compreender como tais discursos históricos produzem identidades, moldam afetos coletivos e orientam ações políticas no tempo presente, em busca, talvez, de responder à inquietante pergunta: “O que somos hoje?”.

É justamente a partir dessa perspectiva que nos propomos a analisar o slogan “*Make America Great Again*” (MAGA), resgatado e instrumentalizado politicamente por Donald Trump nas campanhas presidenciais de 2016 e 2020, não apenas como uma estratégia retórica e populista, mas como um dispositivo político sustentado na idealização seletiva do passado. Ao evocar uma suposta grandeza perdida da América, o trumpismo opera com uma lógica mitológica da história. O passado e a memória, nesse contexto, deixam de ser objetos de reflexão crítica para se tornarem recursos políticos, transformados em ferramentas de coesão identitária.

Trata-se, portanto, de compreender de que maneira essa instrumentalização de um passado idealizado se inscreve nas dinâmicas contemporâneas da memória política e da produção de sentido,

revelando a potência do mito histórico como mecanismo de legitimação ideológica. Essas tensões epistemológicas entre história, memória e identidade configuram o pano de fundo teórico necessário para compreender a genealogia contemporânea do slogan ‘*Make America Great Again*’.

2. *Make America Great Again* (MAGA): a genealogia do *slogan*

O slogan “*Make America Great Again*”, amplamente associado a Donald Trump, possui origens anteriores que remontam à campanha de Ronald Reagan em 1980, conforme podemos observar na imagem 1. Reagan chega ao poder em um contexto de mal-estar nacional marcado por derrotas simbólicas e materiais: o fracasso no Vietnã, a crise de reféns no Irã, a estagflação e a perda de prestígio global dos Estados Unidos. Seu discurso de campanha reposicionou a Guerra Fria como embate moral absoluto entre o bem (os Estados Unidos) e o mal (a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS), convocando o país a “retomar seu destino” como nação excepcional. Essa retórica carregava uma profunda carga restauradora: a promessa de resgatar uma grandeza perdida, ancorada numa visão idealizada e homogênea da nação. O uso da linguagem religiosa, o maniqueísmo político e o apelo à força militar como garantia de autoridade mundial constituíam os pilares de sua narrativa mítica.

Imagem 1: Campanha presidencial de Reagan de 1980



Fonte: Foto de fotosearch/Getty images. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/detail/2667517>.
Acessado em: 24/06/2025.

Walter LaFeber (1994 *apud* Silva, 2014, p. 7), identifica quatro elementos centrais que estruturaram a política externa dos Estados Unidos durante o governo Reagan: a ampliação dos

poderes presidenciais, o fortalecimento do anticomunismo, a distinção conceitual entre regimes autoritários e totalitários, e o processo de militarização¹ da política e da economia. O primeiro elemento refere-se ao esforço de Reagan em consolidar sua autoridade frente a um Congresso dividido, buscando apoio para suas ações militares, muitas vezes impopulares, por meio de discursos persuasivos que colocavam em xeque o patriotismo de quem se opunha a elas.

O anticomunismo, segundo pilar, embora presente ao longo da Guerra Fria, é intensificado durante sua gestão, sendo reposicionado como um eixo fundamental da chamada Nova Guerra Fria², em contraste com momentos anteriores como o da *détente*³. O terceiro ponto, influenciado pela embaixadora Jeane Kirkpatrick⁴, consiste na diferenciação entre ditaduras autoritárias e totalitárias, permitindo à administração justificar a aliança com regimes autoritários de direita (como os do Brasil, Argentina ou África do Sul) ao alegar que estes, por serem capitalistas, teriam uma inclinação natural rumo à democracia. Já os totalitários, identificados com o socialismo e a oposição ao modelo liberal estadunidense, eram considerados irredutíveis e alvos prioritários (como a URSS, China e Cuba).

Por fim, o quarto pilar diz respeito à intensificação da militarização promovida pelo governo Reagan, que elevou em cerca de 40% os gastos militares em relação ao período anterior. Esse processo incluiu a atuação em países do Terceiro Mundo, o combate a movimentos de esquerda e o investimento em projetos estratégicos, como a Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI) e a formulação da Doutrina Reagan. Diferentemente de estratégias anteriores, a Doutrina Reagan visava não apenas impedir a expansão da influência soviética, mas também revertê-la por meio do apoio direto a grupos armados

¹ É importante destacar a distinção conceitual entre militarismo e militarização. O termo “militarismo” refere-se a um conjunto de concepções e práticas que atribuem centralidade e prestígio aos valores, símbolos e estruturas militares, promovendo uma predisposição social ao conflito por meio da naturalização da preparação constante para a guerra (Forner & Pecequillo, 2023). Por sua vez, “militarização” diz respeito ao processo pelo qual esses valores e comportamentos militaristas se inserem nas dinâmicas sociais, estruturando relações, instituições e políticas públicas.

² O termo “Nova Guerra Fria” descreve a intensificação do antagonismo EUA-URSS nos anos 1980, com a retórica maniqueísta do governo Reagan substituindo a política de *détente* (distensão), que caracterizou os anos 1970. A *détente* visava a coexistência pacífica por meio da diplomacia e dos acordos de controle de armas, enquanto a Nova Guerra Fria retomava o confronto ideológico e militar direto. Ver Jentleson (2010) e Bilsland (2015).

³ A política de *détente* (ou *détente*, em francês, que significa “relaxamento” ou “distensão”) foi uma estratégia diplomática adotada principalmente durante a Guerra Fria, nas décadas de 1960 e 1970, por Estados Unidos e União Soviética, com o objetivo de reduzir as tensões e o risco de conflito direto entre as duas superpotências.

⁴ Jeane Kirkpatrick foi uma cientista política estadunidense e embaixadora dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas durante o governo Ronald Reagan (1981–1985). Teórica do realismo político, ficou conhecida por sua doutrina que distinguia “ditaduras autoritárias” (aceitáveis para os EUA) de “regimes totalitários” (inaceitáveis), justificando, assim, o apoio norte-americano a governos autoritários aliados durante a Guerra Fria. Sua tese é apresentada no influente artigo *Dictatorships and Double Standards*, publicado na revista *Commentary* em 1979.

anticomunistas, os chamados “combatentes da liberdade”. Esse apoio materializou-se em diversas regiões do mundo, como no financiamento aos *mujahidins* no Afeganistão⁵, aos *contras* na Nicarágua e a grupos opositores em Angola e Moçambique.

Reagan também era *performer*, um comunicador hábil que traduzia complexidades geopolíticas em imagens morais simples. Como lembra Bilsland (2015), sua visão da URSS oscilava entre o medo do expansionismo e a certeza de sua ruína iminente. A inconsistência não importava: o que se consolidava era o mito de uma América predestinada a triunfar, ameaçada apenas por sua própria fraqueza moral e por inimigos internos e externos.

Durante seu governo, Reagan buscou definir as principais diretrizes do interesse nacional dos Estados Unidos, estruturando-as em torno de quatro pilares conhecidos como os “4 Ps”, conforme sistematizado por Jentleson (2010): paz, poder, princípios e prosperidade. Essa abordagem combinava objetivos estratégicos de política externa com elementos retóricos e socioeconômicos internos.

O primeiro desses pilares, a paz, fundamentava-se na percepção de que a política de détente, predominante nas décadas anteriores, teria fracassado. Reagan acreditava que a União Soviética continuava a se expandir militar e ideologicamente, o que, em sua visão, tornava obsoletas as estratégias adotadas por líderes como Nixon, Ford, Carter e Kissinger. Para ele, os conflitos ao redor do mundo eram indícios da atuação soviética, sendo necessário adotar uma postura mais assertiva diante do que considerava uma ameaça global (Jentleson, 2010).

Em seguida, destaca-se o poder como elemento essencial. Jentleson (2010) sublinha que, para Reagan, era imperativo restaurar e demonstrar a força estadunidense em diversas frentes. Essa orientação ficou evidente com a formulação da chamada Doutrina Reagan, que ultrapassava a contenção tradicional da Guerra Fria ao propor o “*rollback*”, ou seja, a reversão ativa de regimes socialistas em diversas partes do mundo, como no caso do apoio a resistências mencionadas anteriormente.

Jentleson (2010) aponta que a intensificação do aparato militar também foi um componente central dessa lógica de poder. Reagan impulsionou o aumento substancial dos gastos em defesa,

⁵ Para saber mais, leia o livro *A luta contra o terrorismo: os Estados Unidos e os amigos Talibãs*, publicado por Reginaldo Nasser em 2021, que discute as relações históricas entre os Estados Unidos e o Talibã, destacando a ajuda financeira e militar fornecida durante a Guerra Fria, as estratégias geopolíticas envolvidas, as consequências imprevistas dessas políticas e as mudanças nas alianças pós-11 de setembro de 2001.

reativando projetos abandonados por Carter, como o míssil MX e o submarino Trident, além de lançar a Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI). Dois princípios reorientaram a doutrina de dissuasão nuclear: primeiro, a autossuficiência em segurança nacional, demonstrando ceticismo quanto aos acordos de controle de armas; segundo, a rejeição da lógica da Destruição Mútua Assegurada (MAD), vista como insana. Em seu lugar, foi defendida a estratégia NUTS (*Nuclear Utilization Targeting Strategy*), que admitia a possibilidade de sobrevivência e vitória em um eventual conflito nuclear.

O terceiro pilar, os princípios, articula-se com a ideia do excepcionalismo americano. Os Estados Unidos se apresentavam como os guardiões da liberdade, da democracia e do capitalismo, enquanto a URSS era retratada como a encarnação do mal, do totalitarismo e do fracasso iminente. Essa visão maniqueísta justificava, segundo a racionalização da embaixadora Jeane Kirkpatrick, o apoio a regimes autoritários aliados, como os da América Latina, sob o argumento de que, mesmo imperfeitos, esses governos eram preferíveis a uma eventual tomada de poder por forças comunistas, como teria ocorrido no Irã pós-Xá⁶. Essa construção narrativa sedimentou-se no imaginário conservador, tornando-se um repertório simbólico disponível para novas mobilizações, como veremos a seguir. Discursando para o Parlamento Britânico em 1982, Reagan afirmou:

Nós estamos chegando ao final de um século sangrento praguejado por uma invenção política terrível – o totalitarismo. O otimismo vem com mais dificuldade hoje, não porque a democracia está menos vigorosa, mas porque os inimigos da democracia refinaram seus instrumentos de repressão. [...] De um jeito irônico Karl Marx estava certo. Testemunhamos hoje uma grande crise revolucionária, uma crise onde as demandas da ordem econômica estão em conflito com aquelas da ordem política. Mas esta crise não está acontecendo no Ocidente livre, não-marxista, mas na casa do Marxismo-leninismo, a União Soviética (Reagan, s.p., tradução nossa, 1982)⁷.

A retórica de Reagan, ancorada no binarismo entre liberdade e totalitarismo, oferecia ao público estadunidense uma narrativa de reconciliação entre identidade nacional e destino histórico. Ao evocar um passado glorioso e projetar a responsabilidade moral dos Estados Unidos na defesa da liberdade global, o ex-presidente mobilizou um repertório simbólico que ressignificava derrotas

⁶ O termo “Irã pós-xá” refere-se ao período histórico posterior à Revolução Iraniana de 1979, quando o regime monárquico do xá Mohammad Reza Pahlavi foi derrubado e substituído por uma República Islâmica teocrática liderada pelo aiatolá Ruhollah Khomeini. Esse novo modelo de governo baseia-se na doutrina do *Velayat-e Faqih* (governo do jurista islâmico) e rompeu com o alinhamento ocidental que marcava o Irã durante o regime do xá.

⁷ Reagan, Ronald. *Speech to the British Parliament (Westminster)*, 1982. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gm35tFTsuc>. Acesso em: 25 jul. 2025.

recentes como desafios a serem superados por uma nação excepcional. Essa lógica restauradora, que transforma a crise em oportunidade para reafirmar os valores fundantes da nação, sedimentou-se como um dos pilares da cultura política conservadora nos Estados Unidos, permanecendo como referência discursiva para futuras lideranças. Foi nesse terreno já cultivado que Donald Trump reencontrou, décadas depois, o slogan “*Make America Great Again*” e lhe conferiu novos contornos no contexto do século XXI conforme podemos observar nas imagens 2 e 3.

Longe de ser uma simples estratégia retórica, trata-se de um mito mobilizador ancorado na idealização de um passado glorioso, que atua como dispositivo político de pertencimento, exclusão e construção identitária. O *slogan* resgata uma memória seletiva da nação estadunidense, em que a grandeza é associada a valores tradicionalistas, nacionalistas e conservadores, operando como elemento de coesão simbólica para determinados grupos sociais. Nesse sentido, “*Make America Great Again*” pode ser compreendido como uma forma contemporânea de mitologia política, que instrumentaliza o passado para moldar afetos e justificar projetos identitários no presente.

Imagem 2: Donald Trump em comício de campanha em 2018, em Nashville, Tennessee



Fonte: Foto de fotosearch/Getty images. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/detail/963631692>.
Acessado em: 24/06/2025

Imagem 3: Donald Trump em comício de campanha em 2023, em Manchester, New Hampshire



Fonte: Foto de fotosearch/Getty images. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/detail/1485857181>.
Acessado em: 24/06/2025.

Ao comparar Reagan e Trump, observam-se tanto continuidades quanto discontinuidades. Reagan construiu sua retórica no contexto da Guerra Fria, em meio à oposição entre liberdade e totalitarismo, enquanto Trump reconfigura essa lógica em uma era de globalização, internet e fragmentação identitária. Em Reagan, o inimigo estava fora: o comunismo soviético; em Trump, o inimigo é interno: imigrantes, elites liberais e movimentos progressistas.

Essa transposição do medo geopolítico para o medo social é fundamental para compreender a atualização do mito da “grandeza americana”. Ambos mobilizam afetos restauradores, mas em Trump o mito torna-se performático, midiático e cotidiano, sustentado por plataformas digitais e pela estetização da política.

3. O resgate do mito: Trump e o passado glorificado

De acordo com Bronislaw Baczko (1999), as representações sociais, inventadas e elaboradas com materiais simbólicos, possuem uma realidade específica que reside, ao mesmo tempo, em sua existência e em seu impacto variável sobre as mentalidades e os comportamentos coletivos na vida social. Embora os esquemas simplistas de representação frequentemente associem a utopia ao caráter “subversivo” e a memória coletiva ao viés “conservador”, as realidades históricas demonstram ser muito mais complexas.

Segundo o autor, no campo das mentalidades, a mitologia gerada por um acontecimento tende a prevalecer sobre o próprio acontecimento: “Não são as ideias que fazem a História, os homens fazem a si mesmos, mas as representações e sua história verdadeira, real, se encontram mais nas suas crenças, mitos e ilusões” (Baczko, 1999, p. 14). Diante desse cenário, o rigor científico assume um papel “revelador” e “desmitificador”, ao buscar desconstruir essas camadas simbólicas que ocultam as múltiplas dimensões da realidade.

Nesse ínterim, emergem as problemáticas do poder. De acordo com Baczko (1999), a mutação política dos tempos modernos, o advento do Estado-nação, não poderia ocorrer sem condições simbólicas que dessem legitimidade interna à autoridade. Essas representações dissolveram a exterioridade do fundamento do poder, fundando o Estado sobre seu próprio princípio, o que, conforme Gauchet (1931), supõe a autossuficiência da sociedade moderna.

Os movimentos políticos e sociais que acompanham esse novo espaço político necessitam de representação: exigem a visualização de uma identidade coletiva capaz de se projetar tanto no passado quanto no futuro. Nessa perspectiva, exercer o poder simbólico não significa apenas agregar ao ilusório um poder real, mas multiplicar e reforçar uma dominação efetiva por meio da apropriação dos símbolos e da conjugação das relações entre sentido e poder (Baczko, 1999).

Assim, cada sociedade detém a capacidade de estabelecer seus deuses, decidir o que será sacralizado e produzir suas próprias representações sagradas. Trata-se de um exercício simbólico de poder, que funda a legitimidade e consolida a autoridade, ao mesmo tempo em que organiza a memória, a identidade e os horizontes utópicos. O mito, segundo sua própria lógica, reflete uma experiência coletiva marcada por intensas emoções, frequentemente entrelaçada com ilusões e esperanças compartilhadas (Baczko, 1999). Trata-se de uma vivência simbólica que não se limita ao indivíduo, mas se constitui com os outros e contra os outros, ou seja, em oposição e identificação coletiva.

O sujeito, ao se reconhecer nesse imaginário, sente-se sustentado por forças coletivas que o transcendem e lhe conferem pertencimento. A circulação de narrativas, imagens, gravuras, cerimônias comemorativas e outros dispositivos simbólicos tem a função de amplificar e consolidar essa mitologia, transformando-a em memória coletiva e, muitas vezes, em instrumento de coesão ou dominação social.

Nesse contexto, os mitos políticos se constituem como formas de representação coletiva que condensam emoções, esperanças e ilusões compartilhadas. Mais do que narrativas sobre o passado, eles são ferramentas de mobilização simbólica que organizam identidades e orientam ações no presente. Como destaca Baczko (1999), não são apenas os acontecimentos que fazem a história, mas as representações criadas a partir deles: crenças, imagens e mitos que ganham materialidade social e política. Tais representações, amplificadas por rituais, cerimônias e mídias visuais, produzem um senso de pertencimento e reforçam estruturas de dominação simbólica.

Diante dessas considerações, fica evidente que a eleição de Donald Trump em 2016 não se deu no vácuo. Antes de tudo, foi expressão de um ressentimento acumulado na sociedade estadunidense, especialmente entre setores da população branca que se percebem como ameaçados em sua centralidade econômica, cultural e política. Ferreira (2025) aponta que:

Ainda que o GOP⁸ da década de 1990 não seja o mesmo dos anos 2010 ou 2020 – com diferenças significativas em suas lideranças, estratégias e bases eleitorais –, é possível identificar um processo contínuo de radicalização ideológica em seu interior. A ascensão de figuras como Newt Gingrich e o fortalecimento de discursos nativistas e moralistas nas décadas anteriores prepararam o terreno para o surgimento de movimentos como o *Tea Party*, que, a partir de 2008, consolidaram uma guinada mais radical e polarizada na política republicana [...] que se revela fundamental para compreender não apenas as transformações ideológicas do partido, mas sobretudo a eleição de Donald Trump em 2016 como expressão de um processo político mais longo e estruturado de reconfiguração da direita norte-americana (Ferreira, 2025, p. 93).

A ascensão de Donald Trump ao poder, em 2016, inaugurou uma nova cultura política no campo da extrema direita estadunidense (Ferreira, 2025). Se durante a era Reagan o inimigo era a União Soviética e o comunismo, no trumpismo os adversários se materializam nos chamados *Illegal Aliens*, figura pejorativa que representa o imigrante e o estrangeiro. Elementos já presentes em outras conjunturas políticas dos Estados Unidos foram reatualizados, como o apelo a uma liderança forte e carismática, a força das teorias da conspiração e a retórica *anti-establishment*.

Nesse contexto, o movimento de extrema-direita conhecido como *alt-right* (*alternative right*) desempenhou um papel fundamental ao consolidar as bases de um novo *modus operandi* político da direita contemporânea nos Estados Unidos. Lançado em 2010 pelo supremacista branco Richard Spencer, o site *altright.com* difundiu uma intensa campanha nas redes sociais alimentada pelo temor de que a “identidade branca” estaria sob ameaça. Para os seus idealizadores, políticos e mídias tradicionais, independentemente de sua orientação ideológica, seriam cúmplices ou aliados de inimigos internos e externos que atentariam contra os “valores centrais” dos Estados Unidos e da civilização ocidental.

Esses ideais foram alimentados por uma série de livros, revistas e publicações que se tornaram *best-sellers* no país, como o livro *America by Heart: Reflections on Family, Faith, and Flag* (2010), de Sarah Palin. O arcabouço teórico difundido nesses materiais era marcado por um patriotismo nostálgico e radical, sustentado na idealização de um passado heroico e nacionalista, resistente às transformações

⁸ A sigla GOP (*Grand Old Party*) é uma denominação tradicional do Partido Republicano dos Estados Unidos, fundada no século XIX. O termo, popularizado após a Guerra Civil, expressa a continuidade histórica e o prestígio do partido, cuja base ideológica evoluiu do abolicionismo e liberalismo econômico do século XIX para posições conservadoras e nacionalistas no século XX e XXI. Ver: Ferreira, Sabrina Alves. *O Estado de exceção em The Purge: Anarchy* (2014): *militarização social e a radicalização do partido republicano na era Trump* (2017–2021). Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Programa de Pós-Graduação em História/PPGH, 2025. Dissertação (Mestrado em História Social).

do tempo presente. Como observa Theiss-Morse (2009), essas obras levantam questionamentos acerca de quais grupos estariam, de fato, “aptos” a participar dos direitos e prerrogativas garantidos pelo Estado e pela Constituição dos Estados Unidos.

A grandeza prometida nesses discursos não está em um futuro progressista, mas em um passado idealizado. Trata-se de uma política do ressentimento, marcada por uma nostalgia seletiva e por uma percepção de perda cultural. O MAGA opera, assim, como mito mobilizador que retira o passado de seu lugar e o projeta como horizonte restaurador, apagando conflitos, pluralidades e processos históricos. O que se mobiliza é a memória afetiva voltada a um passado idealizado que antecede os efeitos mais visíveis da globalização, o avanço dos direitos civis das minorias e as transformações socioculturais da segunda metade do século XX. Essa vaga rememoração de um passado idealizado, os anos 1950 e o pós-guerra, constrói uma narrativa na qual os valores conservadores, o domínio econômico e o poder militar dos Estados Unidos seriam restaurados.

Esse passado idealizado mobilizado pelo trumpismo não é estável nem homogêneo. Embora a retórica de Trump por vezes evoque o pós-guerra e os anos 1950 – período de prosperidade industrial e hegemonia branca –, seus discursos também fazem alusões difusas à virada do século XIX para o XX, marcada pela expansão econômica e pelo empreendedorismo liberal. Em comícios e entrevistas, a ideia de “grandeza” remete a uma América pré-globalização, anterior às reformas civis e à diversidade cultural do pós-1960.

Portanto, mais do que um recorte cronológico preciso, o que se mobiliza é um tempo mítico, uma memória emocional de estabilidade, poder e pureza moral. Esse mito apaga conflitos como o movimento pelos direitos civis e os debates raciais, construindo um passado homogêneo e idealizado, cuja restauração serviria de horizonte político.

Mais do que um simples *slogan* de *marketing* político, o MAGA se constituiu como um dispositivo ideológico-político que articula nostalgia, ressentimento e identidade nacional, resignificando elementos da direita tradicional sob uma nova linguagem midiática e performativa. Trump instrumentaliza o mito em seus discursos, enfatizando que o período de grandeza dos EUA remetia ao final da década de 1940 e início de 1950:

Se você olhar para trás, realmente um período em que estávamos nos desenvolvendo na virada do século e que foi uma época muito selvagem para este país e muito selvagem em termos de construção daquela máquina, aquela máquina era realmente

baseada no empreendedorismo. [...] não éramos pressionados, éramos respeitados por todos, tínhamos acabado de ganhar uma guerra, estávamos praticamente fazendo o que tínhamos que fazer (Trump, 2016 *apud* Krieg, 2016).

Dessa forma, o trumpismo não apenas retoma estruturas simbólicas herdadas da direita tradicional, como também as ressignifica por meio de novas mídias e dispositivos afetivos, articulando o mito político da “grandeza americana” com ações concretas de exclusão, violência e radicalização. Ao evocar um passado glorioso e indeterminado, Trump convoca um tempo mítico em que os EUA eram “grandes”, economicamente pujantes, racialmente homogêneos, moralmente disciplinados e militarmente temidos.

Diferente de Reagan, cuja narrativa se ancorava na Guerra Fria, o trumpismo projeta o inimigo dentro das fronteiras: imigrantes, elites liberais, feministas, movimentos antirracistas e a mídia. O *slogan* funciona como um grito de guerra identitário, capaz de oferecer coesão simbólica a uma base ressentida, branca, cristã e conservadora. A seguir, analisamos dois momentos emblemáticos dessa operação simbólica.

O primeiro momento remete à marcha realizada em 13 de agosto de 2017, em Charlottesville, uma pequena cidade do estado da Virgínia, no sul dos Estados Unidos. O evento, convocado pela *Unite the Right*, confrontava a decisão das autoridades locais de remover a estátua do general confederado Robert E. Lee de uma praça pública. O general, símbolo dos Estados Confederados do Sul que, após a eleição de Abraham Lincoln à presidência do país e o abolicionismo, organizou forças militares contra a abolição da escravidão. Para seus defensores, Lee representa a cultura branca, e sua retirada seria um claro ato de opressão aos nacionalistas brancos (Stevens, 2017). Conforme evidenciado por Oliveira:

De um lado, a prefeitura da cidade se posiciona de forma crítica à celebração de um símbolo do passado racista do estado da Virgínia, cujo exército foi um dos mais numerosos entre os Confederados durante a Guerra Civil; de outro, militantes buscando salvaguardar esta mesma memória, a memória do nacionalismo estadunidense branco e personificado no passado por homens como Lee. Entre estes militantes, estavam dezenas de neonazistas cujos discursos afirmavam a “ameaça” representada pela derrubada da estátua: a perda de poder dos estadunidenses brancos frente a uma decadência de sua nação, causada por políticos coniventes com todos os que seriam supostamente responsáveis por isso, desde os imigrantes até os negros (Oliveira, 2019, p. 412).

O evento em Charlottesville foi duplamente simbólico, tendo em vista que: (1) os EUA viviam um momento político delicado desde a chegada de Trump à Casa Branca, eleito sob a ótica de ser contra o “politicamente correto”, promovendo um nacionalismo tributário à genealogia branca e a discursos anti-imigração (Sandoval, 2017); e (2) a *alt-right* é orbitada por diversas figuras públicas defensoras das ideias nacionalistas, racistas e antissemitas, que buscam o que Copsey (2014) chama de “cirurgia cosmética”, ou seja, apresentar-se como “alternativa” desvinculada dos interesses dos partidos tradicionais e evidenciar como os brancos vêm sendo supostamente oprimidos no país pelos liberais, imigrantes e movimentos antidiscriminatórios⁹.

Embora Trump tampouco os ativistas da *alt-right* se declarem abertamente nazistas, seus discursos e práticas reiteram os princípios de um nacionalismo étnico, racializado e excludente. Ao defenderem slogans como “*America First*”, “*America for Americans*” ou o próprio “*Make America Great Again*”, colocam-se contra a diversidade étnica e religiosa que compõe o tecido social estadunidense, promovendo a ideia de que o país deve ser restaurado a uma pretensa pureza cultural, patriarcal e branca. Essa lógica, que já estava presente em Charlottesville, ganha desdobramentos nos anos seguintes, como na intensificação da política de separação de famílias na fronteira em 2018 e na invasão do Capitólio em 2021, reforçando a articulação entre identidade, ressentimento e mitologia nacional.

Na marcha, os militantes entoavam palavras de ordem como “*You will not replace us*” e “*Jews will not replace us*” (Charlottesville, 2017), explicitando a percepção de uma suposta ameaça representada pela presença judaica e por outros grupos considerados “estranhos” à identidade branca estadunidense, conforme imagem 4. Historicamente, no sul dos Estados Unidos, persistem ecos profundos do passado escravista e do genocídio de pessoas negras promovido por grupos como a Ku Klux Klan. Mesmo após a Guerra de Secessão e a abolição formal da escravidão, o racismo herdado dos Estados Confederados continuou a estruturar setores conservadores da política estadunidense, especialmente entre aqueles alinhados a ideias de supremacia branca (Fichou, 1990).

⁹ Ver: Hochschild, Arlie Russell. *Strangers in Their Own Land: Anger and Mourning on the American Right*. New York: The New Press, 2016. A autora realiza um estudo etnográfico no estado da Louisiana, buscando compreender por que setores da classe média branca, mesmo sendo prejudicados por políticas neoliberais, se identificam com discursos conservadores. Hochschild aponta que esse grupo construiu uma narrativa emocional segundo a qual estaria sendo “ultrapassado” por minorias étnicas, imigrantes e grupos progressistas, sentimento que contribui para a adesão ao discurso de restauração proposto por Trump.



Fonte: Twitter/X. Disponível em: <https://x.com/YesYoureRacist/status/896411734617075712>. Acessado em: 24/06/2025.

Conforme apontado por Armendares (2018), ao assumir a presidência dos Estados Unidos, Donald Trump herdou um aparato institucional voltado à repressão migratória, estruturado ao longo dos governos de George W. Bush e Barack Obama, e rapidamente intensificou seu funcionamento. A concepção do imigrante como ameaça à segurança nacional já estava presente no imaginário político mesmo antes do 11 de setembro de 2001, e Trump soube amplificar esse discurso, levando à radicalização das políticas migratórias. Embora Barack Obama tenha sido responsável por avanços retóricos em prol dos direitos dos imigrantes, sua gestão também contribuiu para o fortalecimento do processo de securitização das fronteiras. A principal diferença está na forma como Trump mobilizou essa retórica, mais agressiva e centrada na criminalização dos imigrantes, em especial do mexicano (Hutchison, 2020).

A candidatura de Trump em 2016 estruturou-se em torno da retórica de que a classe trabalhadora branca estaria sendo prejudicada pela presença de imigrantes indocumentados, acusados de degradar os salários, tomar empregos e sobrecarregar os serviços públicos. Esse discurso se sustentou sobre um discurso xenofóbico que identificava os latinos, sobretudo os mexicanos, como criminosos, estupradores e traficantes (Palley, 2017; Vereza, 2018). Partindo da teoria da securitização desenvolvida pela Escola de Copenhague, compreende-se que as questões de segurança não existem de forma objetiva e anterior, mas são construídas socialmente por meio de práticas discursivas.

Os chamados “securitizadores” são os atores que mobilizam discursos com o objetivo de inserir determinados temas na agenda da segurança (Waever, 1995). Para que essa inserção se efetive,

é necessário que as alegações desses agentes encontrem reconhecimento social e político, de modo que o tema securitizado seja percebido como ameaça legítima (Buzan *et al.*, 1998). Nesse contexto, o *status* legal da imigração, se documentada ou não, torna-se secundário. O que está em jogo é a construção de um sentimento coletivo de ameaça, ainda que essa ameaça não seja factual, mas sim percebida como tal (Choucri, 2002; Weiner, 1992).

Logo nos primeiros dias de governo, Trump assinou duas ordens executivas que exemplificam sua política de endurecimento fronteiriço. A *Executive Order 13767*, de 25 de janeiro de 2017, determinou a construção de um muro ao longo da fronteira com o México e autorizou deportações sumárias de imigrantes indocumentados. Na mesma data, foi emitida a *Executive Order 13768*, intitulada *Enhancing Public Safety in the Interior of the United States*, que ampliou significativamente o rol de estrangeiros considerados prioritários para deportação, com base apenas em acusações criminais, independentemente de condenações. A medida também previa sanções financeiras a cidades-santuário¹⁰, impedindo-as de receber verbas federais, o que foi posteriormente declarado inconstitucional por decisão judicial em novembro de 2017 (Armendaris, 2018).

Além disso, Trump reativou o programa *Secure Communities (S-Comm)*, criado no fim do segundo mandato de Bush e suspenso por Obama em 2014, devido às críticas quanto às suas violações de direitos civis. O programa permite que o *Immigration and Customs Enforcement (ICE)* tenha acesso às impressões digitais de qualquer pessoa detida, podendo desencadear deportações de imigrantes em situação irregular, mesmo que legalmente residentes ou sem condenações judiciais. Dados de 2017 mostram que das 43 mil pessoas deportadas neste ano pelo programa, apenas cerca de 10% tinham sido condenadas por crimes graves. Entre 2008 e 2018, mais de 360 mil deportações foram efetuadas, a maioria de cidadãos do México e da América Central (Armendaris, 2018).

O segundo momento emblemático da operação simbólica trumpista ocorreu na invasão do Capitólio, em 6 de janeiro de 2021. Esse episódio revelou a face mais extrema do movimento, quando milhares de apoiadores de Trump, muitos trajando roupas e símbolos MAGA, atacaram as instituições

¹⁰ O termo cidade-santuário (*sanctuary city*) designa jurisdições estadunidenses que adotam políticas locais para restringir a cooperação com autoridades federais de imigração, limitando prisões e deportações de imigrantes indocumentados. Essas medidas buscam proteger direitos civis e reforçar a autonomia municipal frente ao poder federal. Ver: Dansby, Joshua W. Sanctuary Cities and the Trump Administration: The Practical Limits of Federal Power. *The Scholar*, v. 20, n. 3, p. 317-359, 2018.

democráticas dos Estados Unidos, conforme observamos na imagem 5. As ações foram convocadas por Trump e impulsionadas por teorias conspiratórias sobre fraude eleitoral disseminadas nas redes sociais.

Imagem 5: Manifestante pró-Trump no Capitólio dos EUA, 6 de janeiro de 2021



Fonte: Foto de fotosearch/Getty images. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/detail/1230458006>. Acesso em: 24 jul. 2025.

Algumas análises apontam que a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021 pode ser compreendida, nos planos simbólico e histórico, como um dos eventos mais significativos da história recente dos Estados Unidos, sendo, inclusive, comparado por alguns ao 11 de Setembro de 2001 (Corrêa, 2021). Embora tal comparação possa soar exagerada do ponto de vista material e geopolítico, ela revela a dimensão afetiva, identitária e institucional do ataque, cuja violência não se deu apenas por meio da força física, mas principalmente pela tentativa de subverter a legitimidade do processo democrático por cidadãos mobilizados por narrativas conspiratórias e mitologias políticas restauradoras. A gravidade do episódio está justamente na ruptura simbólica que promoveu: não se tratava de um ataque estrangeiro, mas de um levante interno, alimentado pela crença de que a “verdadeira América” estaria sob ameaça, uma crença moldada por discursos como o “*Make America Great Again*”.

Bahba (1998, p. 85) aponta que a identidade nunca é um *a priori*, tampouco um produto acabado, é sempre “o processo emblemático de acesso a uma imagem da totalidade”. Na invasão do Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, percebemos um comportamento coletivo com base em uma

identidade assumida e produzida em um processo coletivo e discursivo de identificação (Hall, 2000). A invasão do Capitólio foi uma causa construída discursivamente, com milhares de cidadãos trajando símbolos que os integram em torno de uma concepção de nação. Conforme delineado por Oliveira (2021), o ex-presidente foi capaz de mobilizar sua base eleitoral de maneira inédita na história dos Estados Unidos. Centros de apuração de votos foram alvos de protestos, muitos manifestantes estavam armados e tinham ligações com grupos paramilitares (Beaumont, 2020). Conforme apontado por Ferreira (2025):

No dia da certificação da vitória de Joe Biden e Kamala Harris pelo Congresso, Trump realizou o último comício de seu mandato, intitulado *Save America*. Após sua equipe perder 42 ações judiciais que contestaram o resultado eleitoral, o ex-presidente alegou fraude e instigou seus apoiadores a protestarem em frente ao Capitólio: “Nosso país está farto. Não vamos aguentar mais e é disso que se trata. Para usar um termo favorito que vocês inventaram, vamos parar o roubo (Ferreira, 2025, p. 131).

Ao final do seu discurso, Trump convocou seus apoiadores: “E nós lutaremos. Nós lutaremos como o inferno e se você não lutar como o inferno, você não terá mais um país” (Trump, 2021 *apud* Rev, 2021a). Esse discurso desencadeou uma insurreição sem precedentes no Capitólio dos Estados Unidos, episódio que culminou na morte de quatro pessoas e revelou a heterogeneidade da adesão trumpista: assembleias comuns, nacionalistas brancos, membros de milícias, neonazistas e ao menos 16 representantes republicanos estaduais, eleitos e aposentados (Oliveira, 2021).

Como observa Igor Lapsky (2014, p. 95), há nos Estados Unidos uma tendência histórica ao conservadorismo, manifestada principalmente nos momentos de crise econômica e instabilidade social. Nesses contextos, “a população tende a fortalecer movimentos conservadores, seja na questão migratória ou no debate em torno dos impostos”. Essa reação defensiva diante da percepção de ameaça ajuda a compreender como certos discursos de exclusão ganham legitimidade simbólica no presente.

Isso não significa, contudo, afirmar que há nos Estados Unidos uma propensão generalizada à aceitação de ideologias xenofóbicas ou neonazistas. O que se pretende evidenciar é a existência de elementos recorrentes na cultura política conservadora estadunidense, como o nacionalismo racializado, o moralismo religioso e o anti-intelectualismo, que dialogam com ideais segregacionistas de outros períodos históricos. Tais elementos são, no trumpismo, mitologicamente resgatados como constituintes de uma identidade nacional idealizada.

Não se trata, portanto, de afirmar que os EUA ainda compartilham, nos moldes do século XIX, a crença em uma raça superior com destino providencial de evangelização global, como sugerido pelo ideário do *Destino Manifesto*¹¹. No entanto, ao longo do século XX, sobretudo durante a Guerra Fria, os Estados Unidos passaram a justificar suas imposições políticas, econômicas e militares sobre a América Latina e outras regiões do globo por meio de novas roupagens ideológicas. No trumpismo, o imperialismo foi ressignificado sob o manto da defesa da democracia e dos valores ocidentais, tornando-se culturalmente aceitável e sendo difundido como parte da missão de preservar a “grandeza americana”.

Como indaga Salles (2017), estaríamos diante de uma nova direita ou da velha direita com *Wi-Fi*? A provocação sintetiza os dilemas colocados pela ascensão do trumpismo: embora se valha de novas plataformas e recursos digitais, sua base simbólica opera por meio de estruturas tradicionais da extrema direita, como o nativismo, o racismo, o anticomunismo e o moralismo conservador, já vistos sob outras roupagens no governo Reagan. O que há de novo não é a ideologia em si, mas a capacidade de amplificação e mobilização dessas ideias em escala global, mediada por redes sociais, *fake news* e performances políticas adaptadas à lógica do entretenimento. O trumpismo ressignifica o passado como horizonte político, reconstruindo um tempo mitificado de grandeza nacional a partir de afetos como medo, ressentimento e nostalgia.

Nesse cenário, o papel da História do Tempo Presente se revela central. Lidar com fenômenos políticos e simbólicos em curso exige do historiador a habilidade de tensionar narrativas dominantes, questionar mitologias políticas e desvelar os usos estratégicos da memória coletiva. O MAGA, enquanto mito mobilizador, não apenas reconstrói o passado segundo uma lógica seletiva, mas opera como ferramenta de organização social e política no presente. Ao historicizar esse imaginário, compreendemos que ele não emerge no vácuo, mas se ancora em disputas reais por identidade, poder e pertencimento, reafirmando o papel crítico da História como campo de intervenção no debate público.

¹¹ O conceito de Destino Manifesto surgiu nos Estados Unidos no século XIX e expressa a crença de que o país teria uma missão divina de expandir seus valores – civilização, liberdade e cristianismo – sobre o continente americano e, posteriormente, pelo mundo. Formulado por John L. O’Sullivan em 1845, o termo foi utilizado para legitimar a expansão territorial, o imperialismo e a ideia de superioridade moral estadunidense. Ver: O’Sullivan, John L. Annexation. *The United States Magazine and Democratic Review*, v. 17, n. 1, p. 5–10, 1845.

Considerações finais

A ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, longe de representar uma ruptura absoluta com o passado, revela uma reconfiguração das tradições políticas da direita estadunidense em um novo cenário tecnológico, midiático e social. A retórica de *“Make America Great Again”* não apenas mobiliza um ideal nostálgico de grandeza nacional, como também opera como vetor de exclusão e ressentimento, ativando memórias seletivas de um passado idealizado e hierarquizado. Ao retomar elementos como o nacionalismo, o culto à autoridade, a xenofobia e a hostilidade ao *establishment*, o trumpismo conecta a “nova direita” à “velha direita” estadunidense, mas agora amplificada pelas redes sociais, pela economia da atenção e por campanhas de desinformação cuidadosamente orquestradas.

Nesse sentido, o trumpismo não deve ser visto como uma aberração histórica isolada, mas como sintoma de uma mutação mais profunda nas democracias ocidentais contemporâneas. Os episódios analisados, a marcha em Charlottesville e a invasão do Capitólio, evidenciam como ressentimentos históricos e mitologias nacionais são instrumentalizados na construção de uma cultura política autoritária.

Com isso, a pergunta lançada por Salles (2017) – *“nova direita ou velha direita com wi-fi?”* – permanece como provocação central para compreender o fenômeno em questão. A análise do trumpismo exige um olhar atento às continuidades históricas da direita estadunidense, mas também aos novos dispositivos tecnológicos, midiáticos e culturais que reconfiguram sua atuação no presente.

Desse modo, torna-se evidente a necessidade de abordagens críticas capazes não apenas de identificar os mecanismos simbólicos da extrema direita, mas também de situá-los nos desafios metodológicos e interpretativos próprios da História do Tempo Presente. Essa abordagem exige que o historiador lide com fontes instáveis, narrativas em disputa e memórias superexploradas, como as que emergem em torno do mito da grandeza nacional e da retórica de restauração que marca o trumpismo. Dessa forma, o artigo não apenas ilumina continuidades e inovações no trumpismo, mas também abre novas possibilidades de investigação sobre a dinâmica entre memória, tecnologia e política, oferecendo ferramentas analíticas para compreender a evolução das democracias contemporâneas diante de forças autoritárias emergentes.

Referências

- ARMENDARES, Pedro. *La política migratória de Trump*. Impactos para los migrantes mexicanos y sus comunidades. Cidade do México, Instituto Belisario Domínguez, 2018.
- BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux. Mémoires et espoirs collectifs*. Payot, Paris, 1999.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BILSLAND, James. *The President, the State and the Cold War: Comparing the foreign policies of Truman and Reagan*. Nova Iorque: Routledge, 2015. 236 p.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole & WILDE, Jaap. *Security*. A new framework for analysis. Colorado, Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CHOUCRI, Nazli. "Migration and Security: Some Key Linkages". *Journal of International Affairs*, 56, 1: 97-122, 2002.
- COPSEY, Nigel. *Contemporary British fascism: the British National Party and the quest for legitimacy*. New York: Palgrave Macmillia, 2004.
- DANSBY, Joshua W. Sanctuary Cities and the Trump Administration: The Practical Limits of Federal Power. *The Scholar*, v. 20, n. 3, p. 317-359, 2018.
- DELACROIX, Florence. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018.
- DROIT, Emmanuel. Les césures de l'histoire du temps présent. Approche comparée franco allemande, Atala. *Cultures et Sciences Humaines*, n.17, p. 167-181, 2014.
- FERREIRA, Sabrina Alves. *O Estado de exceção em The Purge: Anarchy (2014)* [manuscrito]: militarização social e a radicalização do partido republicano na era Trump (2017-2021). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Programa de Pós-Graduação em História/PPGH, 2025.
- FICHO, Jean-Pierre. *A civilização Americana*. Trad. Maria Carolina F. de Castilho Pires.
- FORNER, Clarissa; PECEQUILO, Cristina. God bless our men in uniform: militarização e militarismo nos Estados Unidos da América. *Rev. Bras. Est. Def.* v. 10, n. 2, jul./dez. 2023, p. 245–268 DOI: 10.26792/RBED.v10n2.2023.75374. Campinas: Papirus, 1990.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.
- HUTCHISON, Hugh. "Continuity and Change: Comparing the Securitization of Migration under the Obama and Trump Administrations". *Perceptions: Journal of International Affairs*, 25, 1: 81-98, 2020.
- JENTLESON, Bruce W. *American foreign policy: the dynamics of choice in the 21st century*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2010. 768 p.
- KRIEG, G. Donald Trump Defends Size of His Penis. *CNN Politics*. Disponível em: <http://www.cnn.com/2016/03/03/politics/donald-trump-small-hands-marco-rubio/>. Acesso em: 18 de nov. 2024.

NORA, Pierre. Comment écrire l'histoire de France ? *Les Lieux de mémoire*, t. III, vol. 1, Gallimard, 1993, p. 27.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. Charlottesville e o neonazismo em marcha nos Estados Unidos. *Temporalidades – Revista de História*, ISSN 1984-6150, Edição 30, v. 11, n. 2 (Mai./Ago. 2019). Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/12352>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

OLIVEIRA, Thiago. *O nacionalismo e a política externa dos Estados Unidos: o Partido Republicano no século XXI*. UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2021.

PALLEY, Thomas. “Trump’s Neocon Neoliberalism Camouflaged with Anti Globalization Circus. *Challenge*, 60, 4:368-374, 2017.

PROST, Antoine. La guerre de 1914 n’est pas perdue. *Mouvement social*, n. 199, fev., 2002.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris: Editions du Seuil, 2000.

ROUSSO, Henry. Vers une mondialisation de la mémoire, apresentação do dossiê “Mémoires Europe-Asie”, *Vingtième siècle*. n. 94, p. 3-10, 2007.

SALLES, Leonardo Gaspary. *Nova Direita ou Velha Direita com Wi-Fi?: Uma interpretação das articulações da "direita" na internet brasileira*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2017.

SANDOVAL, Pablo Ximénez de. *Muro de Trump já está funcionando*. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/26/internacional/1493220870_223924.html>. Acesso em: 21 jun. 2025.

SILVA, Rodrigo Candido da. AS GUERRAS DE REAGAN: ascensão do conservadorismo e os desdobramentos da política externa dos EUA na Era Reagan (1981-1989). *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 8, n. 15, p.1-27, 2014. Disponível em: [http://ojs.ufgd.edu.br/ojs/index.php?journal=historiaemreflexao&page=article&op=view&path;\[\]=3353](http://ojs.ufgd.edu.br/ojs/index.php?journal=historiaemreflexao&page=article&op=view&path;[]=3353). Acesso em: 13 mar. 2025.

STEVENS, Matt. *White nationalists reappear in Charlottesville in torch-lit protest*. 2017. Disponível em: Acesso em: 28 jul. 2017.

THEISS-MORSE, Elizabeth. *Who Counts as an American? The Boundaries of National Identity*. Cambridge, Cambridge University Press, 2009.

VEREA, Mônica. “Anti-Immigrant and Anti-Mexican Attitudes and Policies during the First 18 Months Of the Trump Administration”. *Norteamérica*, 13, 2: 197-226, 2018.

WÆVER, Ole. “Securitization and Desecuritization”. In: LIPSCHUTZ, Ronnie (org.), *On Security*, Nova York, Columbia University Press, 1995.

WEINER, Myron. “Security, Stability, and International Migration”. *International Security*, 17, 3: 91-126, 1992.